

MARIANA – BACIA DO RIO DOCE

O processo de reparação dos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana) já alcançou números impressionantes. Foram R\$ 2 bilhões investidos em 2016 com a previsão orçamentária de R\$ 1,2 bilhão por ano, nos anos seguintes, sem teto de gastos para a reparação. Foram previstos, ainda, R\$1,5 bilhão para saneamento e resíduos sólidos e R\$ 240 milhões/ano durante 15 anos em medidas compensatórias. Até o momento, já foram desembolsados R\$ 2,5 bilhões em indenizações e auxílios financeiros.

Além disso, em 2020, foram celebrados acordos para a execução de obrigações de natureza compensatória em valor estimado de R\$ 1 bilhão, a ser investido ao longo de toda a Bacia do Rio Doce. Na porção mineira da bacia, a deliberação prevê a melhoria da infraestrutura de mais de 200 escolas estaduais em municípios atingidos pelo rompimento da barragem e a melhoria viária na região, criando novas rotas para escoamento da produção e incrementando o turismo, como, por exemplo, no entorno do Parque Estadual do Rio Doce.

Também foram obtidos recursos para o custeio da conclusão e estruturação do Hospital Regional de Governador Valadares, que receberá R\$ 75,3 milhões, fortalecendo, assim, o Sistema Único de Saúde (SUS) da região. Ainda no ano de 2020, diante da pandemia causada pelo novo Coronavírus, a Justiça Federal homologou dois acordos para que o Estado, representado judicialmente pela AGE-MG, pudesse utilizar parte das garantias judiciais para a compra de 1.047 ventiladores pulmonares, ao custo total de R\$51,2 milhões.

Paralelamente, após identificar demandas prioritárias, a AGE-MG, juntamente com outras instituições do Sistema de Justiça, ajuizou pedidos de cumprimento de obrigações relacionadas a programas e projetos que não estavam sendo suficientemente atendidos.

Atualmente, o NTMA da PDE acompanha, junto ao juízo da 12ª Vara Federal, 12 eixos temáticos prioritários: 1) Recuperação ambiental extra e intracalha; 2) Risco à saúde humana e risco ecológico; 3) Reassentamento das comunidades atingidas; 4) Infraestrutura e desenvolvimento; 5) Retorno operacional da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves; 6) Medição de performance e acompanhamento; 7) Cadastro e indenizações; 8) Retomada das atividades econômicas; 9) Abastecimento de água para consumo humano; 10) Contratação das assessorias técnicas; 11) Ações de saúde; 12) Proibição da pesca na bacia do Rio Doce.

BRUMADINHO – BACIA DO RIO PARAPEBA

O rompimento da Barragem da Vale, no município de Brumadinho, ocorreu por volta das 12h30 do dia 25/01/2019, uma sexta-feira. No final da tarde do mesmo dia, a AGE já tinha proposto uma ação civil pública e obtido uma decisão liminar, que obrigava a empresa a adotar uma série de medidas emergenciais e a depositar o valor de R\$ 1 bilhão, como garantia de cumprimento de todas aquelas medidas.

A ação rápida e efetiva da advocacia pública, mais uma vez, forçou a atuação colaborativa da empresa. Ainda no domingo, dois dias após o desastre, os advogados da Vale estiveram na AGE anunciando que cumpririam voluntariamente a decisão liminar.

Desde então, foram vários os avanços na busca pela reparação integral. Já foram obtidos R\$80 milhões em ressarcimento das despesas dos órgãos públicos do Estado de Minas Gerais. Cerca de R\$12 milhões já foram ressarcidos aos Bombeiros de outros



Recuperação dos danos socioambientais no Distrito de Bento Rodrigues.

Estados que trabalharam nas operações emergenciais. Por meio de tratativas, foi obtida ainda a quitação integral de uma multa de R\$99 milhões.

Uma série de demandas obrigacionais já foi pactuada, como a construção de uma nova adutora para captação de água no Rio Paraopeba e o custeio, por 10 anos, de um novo sistema de monitoramento de qualidade das águas do Rio Paraopeba pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

Foram obtidos, ainda, pagamentos emergenciais às pessoas atingidas nos seguintes valores: 1 salário mínimo por adulto; ½ por adolescente e ¼ por criança. Atualmente, são 105 mil pessoas beneficiadas.

Mais recentemente, o início da pandemia do novo Coronavírus encontrou o Estado de Minas Gerais em grave situação financeira, após ter sido atingido por esses dois sucessivos desastres (Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019), criando uma situação de caos absoluto e obrigando o Poder Público Estadual a buscar alternativas, por meio da Advocacia-Geral do Estado.

Diante de tais circunstâncias, e levando em consideração o cenário nacional de emergência, decorrente da pandemia da Covid-19, a AGE obteve, com o apoio do MPMG e da DPMG, a liberação do valor de R\$1,5 bilhão, depositado, como garantia, à disposição do Juízo, para que o Estado de Minas Gerais empregue os recursos com necessidades de saúde da pandemia do Coronavírus, cujo enfrentamento tem reflexo em todas as outras áreas sociais e econômicas.

A integração pioneira dos vários órgãos que compõem o Sistema de Justiça vem demonstrando o enorme ganho em eficiência nos resultados alcançados, se comparados a outros desastres ambientais, cuja reparação/recuperação dos danos sofridos ainda está longe de se tornar uma realidade.

Atualmente, o NTMA/PDE representa a AGE em todas as negociações com a Vale e com as instituições integrantes do Sistema de Justiça, na busca de um acordo global, e acompanha, pelo menos, 60 perícias técnicas, designadas pelo Juiz da 2ª Vara de Fazenda Pública Estadual”.

UM FIM DE ANO DIFERENTE

Os procuradores do Estado de Minas Gerais, que todo fim de ano aproveitam a oportunidade para confraternizar em festa promovida pela Apeminas, neste ano terão que buscar outros meios para agradecer aos colegas pelo ciclo compartilhado, e brindar, mesmo que de longe, pelos tempos que virão.

Neste momento em que ainda vivemos a pandemia, com muitos de nós enfrentando perdas e saudades, o bom senso e a responsabilidade nos recomendam um ponto de parada. Por questões sanitárias e de cuidado com a vida e a saúde, a Diretoria da Apeminas decidiu não promover nenhum evento comemorativo no final do ano, contrariando a periodicidade das festas e a nossa vontade.

Em outra oportunidade, nos comprometemos a promover os encontros, reuniões e confraternizações que tanto desejamos!

PREVIDÊNCIA - AGENDAMENTO ENCERRADO

No próximo dia 2 de dezembro, o especialista em Direito Previdenciário, Nazário Nicolau, encerra a prestação de consultoria individualizada e gratuita aos associados. Desde 30 de setembro, todas as quartas-feiras, tivemos atendimento, de forma remota ou presencial, sobre as mudanças trazidas pela Reforma da Previdência em Minas Gerais. A Apeminas informa que em todos os dias de atendimento os horários foram ocupados, incluindo o próximo dia 2, com os agendamentos encerrados. Esperamos ter contribuído com os associados na prestação de informações de interesse da classe e agradecemos pela adesão.

Newsletter

APE NEWSFacebook > facebook.com/apeminasTwitter > twitter.com/apeminasInstagram > instagram.com/apeminasLinkedIn > linkedin.com/company/apeminasRua Espírito Santo 466 – Centro – CEP: 30140-170 – Belo Horizonte / MG
Tel: (31) 3261-3532 - acs.apeminas@gmail.com – www.apeminas.org.br

> Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica

> Jornalista responsável: Marli Assis – MTB 5.571-JP

> Redação: Andrea Rocha

> Projeto Gráfico: Alice Crepaldi